



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2019 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 166/2019

Lisboa 2020

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 1 do artigo 13º, da Subsecção II do Decreto-Lei nº 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção referentes ao ano 2019.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que aconteceram ao longo do ano 2019, nesta Instituição, mostrando também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2019.

Seguidamente apresentamos, de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2019.

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira (Fundraising)

Permanece o grande esforço na captação de novos Mecenas e na consolidação e/ou intensificação dos apoios existentes, tendo em conta o facto de uma parcela bastante significativa dos rendimentos da Instituição ser constituída por donativos de Particulares e Empresas. De facto, no decurso do exercício de 2019 foi possível captar novos apoios ou reforçar os já existentes, nomeadamente Beneméritos Estrangeiros, que visitam e conhecem o trabalho desenvolvido pelo Refúgio Aboim Ascensão, valorizando a metodologia de Emergência Infantil e apreciando os resultados atingidos. De salientar ainda o apoio manifestado pela Sociedade Civil, através dos donativos e consignação de IRS.

Ao nível dos Acordos e outros Apoios do Estado, foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente, o que obrigou a uma pressão e acompanhamento ainda mais efectivos e constantes por parte do Director do Refúgio Aboim Ascensão (RAA).

2. Jurídica e Regulamentar

Quatro grandes vertentes:

- a. Direito das Crianças:** acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.
- b. Recursos Humanos:** Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.
- c. Gestão corrente:** Apoio técnico ao nível das questões relacionados com a gestão do património da Associação, assim como com a gestão dos processos de aquisição de novo património decorrente da atividade de mecenas e apoiantes da causa do RAA.
- d. Gestão associativa:** Apoio técnico ao nível da elaboração de toda a documentação legal necessária para a prossecução da atividade do RAA.

3. Médica

Para além do quanto é do conhecimento da ARS, as dificuldades na área médica, decorrem da especificidade inerente à actividade única desta Instituição: o acolhimento de crianças de muito baixa idade, tipologia dos acolhimentos e seus antecedentes pessoais e familiares. Assim, as crianças acolhidas deslocam-se frequentemente a consultas sendo acompanhadas nas mais diversas especialidades, quer na região do Algarve, quer fora dela. Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA dezoito (18) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico tem vindo a consolidar-se e é fundamental para a manutenção da qualidade dos cuidados prestados. Neste contexto, foi assinado um Protocolo com o Grupo Lusíadas.

4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2019. A tipologia das crianças acolhidas requerer esforços suplementares nesta actividade. Porém, o correlato jurídico das decisões em Tribunal continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeutas, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de quarenta e três (43) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

5. Social

No ano de 2019 foram integradas nas suas famílias biológicas ou adoptivas mais de três dezenas de crianças (33).

Como do antecedente demos continuidade:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;

Handwritten signatures and initials:
JSC
Luis S 2
HAB
HAB

- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de vinte (20) relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;
- Ao acompanhamento de cerca de treze (13) crianças no período de vinculação observada para a adopção;
- Aos acompanhamentos no período de pré adopção, em pareceria com a Segurança Social de Faro, das crianças e respectivas famílias adoptivas.

6. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – Frequentaram 28 Crianças
- Ensino Básico (2ºciclo) – Frequentaram 7 Crianças

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear, são desenvolvidas inúmeras actividades para que as crianças possam usufruir de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados.

b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional em realização de estágios curriculares em diferentes áreas de formação nomeadamente, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Apoio Psicossocial, Animação Sociocultural, Educação de Infância, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Fisioterapia, Auxiliares de Educação, entre outros.

Apoio e colaboração em trabalhos de investigação no âmbito de Mestrados e Doutoramentos.

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu.

7. Voluntariado

Continuou a exercer-se uma forte componente de Voluntariado Técnico, além dum outro indiferenciado, com especial incidência nos meses de Verão. O RAA contou, durante o ano de 2019, com um leque de colaboração de cento e treze (113) voluntários.

Queremos aqui expressar que o Refúgio Aboim Ascensão (RAA), Delegação de Faro, tem vindo a funcionar, tecnicamente, de uma forma exemplar pelo que mencionaremos, de seguida, algumas das muitas actividades, nomeadamente, os eventos em que a Instituição participou ou organizou, e as visitas que foram efectuadas durante o ano de 2019 às instalações da instituição.

Visitas

Entre as várias **visitas** de entidades oficiais e particulares, salientam-se as seguintes:

JANEIRO

05 – Visita da Adjunta da Ministra da Saúde, Dr.^a Sofia Dias.

30 – Visita do Dr. João Magalhães, responsável do Grupo “Os Mosqueteiros”, para entregar donativo do Grupo à Instituição. A doação aconteceu no seguimento da campanha “*Votos que valem Festas Felizes*”, através da qual foi pedido aos Portugueses que desejassem votos de boas festas a quatro Instituições, entre as quais o Refúgio Aboim Ascensão. Os votos foram transformados em apoio financeiro, garantindo um ano melhor às Instituições envolvidas. Foram entregues 15 mil euros para apoiar o trabalho meritório do Refúgio Aboim Ascensão, Instituição, em Portugal, a trabalhar a temática da Emergência Infantil.

FEVEREIRO

25 – Visita do Cantor, compositor, autor, músico e produtor, Diogo Piçarra, acompanhado, da sua namorada Mel Jordão e, do Dr. Paulo Santos, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro.

MARCO

05 – Visita da Dr.^a Ilda Braz, Governadora do Rotary Clube de Portugal, acompanhada da Presidente do Rotary Clube de Faro, a Arquitecta Teresa Correia.

20 – Visita de Dr. Paulo Almeida Sande, candidato pelo Partido ALIANÇA, às Eleições Parlamentares Europeias, acompanhado de Dr.^a Cláudia Gonçalves, representante do Algarve na lista de Candidatos ao Parlamento Europeu, juntamente com militantes do partido.

ABRIL

09 – Visita da Dr.^a Ana Gomes, Coordenadora da Comissão Nacional da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), Directora da Unidade de Apoio e Gestão à RNCCI, do Instituto da Segurança Social, IP - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e, Presidente da SPTF – Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar.

10 – Visita da Sr.^a Cônsul do Reino dos Países Baixos (Holanda), Annelies Reugebrink.

30 – Visita da Madame Giscard d’Estaing, Dirigente da Fondation pour L’Enfance, em França.

MAIO

23 – Visita da Dr.^a Sofia Borges Pereira, Técnica do Instituto da Segurança Social, Comissária da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção de Crianças e Jovens, e, Vogal do Conselho Directivo do ISS.

28 – Visita de Colaboradoras do Grupo Jerónimo Martins, com objectivo de donativo de brinquedos no âmbito do dia da Criança. Todos os anos a Jerónimo Martins oferece presente do dia da Criança a todos os filhos dos colaboradores. Faz também parte desta campanha a oferta de brinquedos a crianças que estejam institucionalizadas.

JUNHO

01 – Visita da BP – Portugal, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança e, da Cerimónia de Assinatura do Protocolo Anual de fornecimento de combustível para toda a frota do Refúgio Aboim Ascensão. Este ano esta entidade celebrou 11 anos de parceria com o Refúgio Aboim Ascensão. A Cerimónia contou com a presença da Dr.^a Anabela Silva, Directora de Marketing, da BP Portugal, em representação do Presidente da BP- Portugal, Eng.º Pedro Oliveira. Estiveram também presentes, Dr. António Comprido, o ex-presidente da BP que deu início a esta colaboração, Dr. Fernando Mota Cardoso, Presidente da Fundação BP. Juntou-se a esta equipa várias entidades oficiais regionais e locais e, amigos da Instituição.

SETEMBRO

09- Visita da companhia aérea Ryanair, no âmbito de entrega de donativo referente à acção de solidariedade “Fly to Win”. Esteve presente, Dr.^a Anabel Fernandes, Base Supervisor/Faro e, grupo de hospedeiros de bordo.

27 – Visita do CDS-Partido Popular.

DEZEMBRO

14- Visita do Moto Clube de Faro com o tradicional desfile dos Pais Natal.

JSL
MSL
7

14 – Visita da actriz Sara Prata, no âmbito da campanha “Votos Felizes”, dos Mosqueteiros-Intermarché.

Eventos

Relativamente a eventos mais importantes, são de destacar os seguintes:

JANEIRO

15 – Homenagem ao Director do Refúgio Aboim Ascensão, Dr. Luís Villas-Boas, como “Profissional do Ano 2018-19” pelo Rotary Clube de Faro. No âmbito de um evento criado pelo Rotary Internacional, em 1992, mais 23.000 clubes, em todo o mundo, elegem o seu Profissional do Ano, no mês de Janeiro.

25 - Missa do 86.º Aniversário do Refúgio Aboim Ascensão, com celebração Eucarística, no Convento de Nossa Senhora Rainha do Mundo, no Carmelo, Patacão, em louvor de Nossa Senhora do Leite, padroeira do Refúgio Aboim Ascensão, celebrada por intenção de Rodrigo António Aboim Ascensão instituidor da Associação Protectora da Primeira Infância (1901- Lisboa) bem como de Manuel Aboim Ascensão de Sande e Lemos, fundador do Refugio Aboim Ascensão (1933 - Faro), de seus filhos Rodrigo, Maria da Piedade e António Sande e Lemos e, de Dina Maria Ribeiro Costa (1985 - Faro).

30 – Participação do Director, Dr. Luís Villas-Boas, no Jantar- Homenagem Publica ao Senhor Juiz Conselheiro, Dr. Armando Leandro, pioneiro em modelos de gestão integrada através das CPCJ. A Homenagem decorreu no restaurante “Espaço Tejo”, Centro de Congressos de Lisboa, em Alcântara. Organização do Fórum para a Governação Integrada.

MARCO

01 - Jantar Anual de Beneficência organizado pelo famoso Comediante e Amigo, Jimmy Tarbuck, realizado na Quinta do Lago, em Vale do Lobo, Almancil.

11 – Comunicação do Director, Dr. Luís Villas-Boas na Altice Portugal. No âmbito do 16.º Aniversário da Fundação Altice, antiga Fundação PT, esta entidade promoveu na sua sede, em Picoas, um encontro de autêntico talento, reconhecimento e da maior relevância social. Colaboradores, Comissão Executiva, convidados e parceiros Institucionais, figuras emblemáticas de todos os quadrantes da política e da sociedade portuguesa foram convidados principais.

Durante este dia comemorativo foi também realizada a entrega formal do donativo que resultou dos pontos trocados ao longo de 2018 pelos membros do programa de pontos MEO. Contribuindo para aumentar a qualidade de vida de quem se encontra em situação de vulnerabilidade, os clientes MEO canalizaram 34,5 mil euros a favor de 9 Instituições Sociais, nomeadamente Assistência Médica Internacional (AMI), Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA), Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa (APCL), Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21 (APPT21), Instituto de Apoio à Criança, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Refúgio Aboim Ascensão e UNICEF.

27 – O Refugio Aboim Ascensão foi distinguido com o Prémio Mérito e Excelência, na edição especial do “Choque Frontal ao Vivo”, da Alvor FM. Realizado no Auditório do Teatro Municipal de Portimão. Contou com a apresentação habitual de Ricardo Coelho e Júlio Ferreira.

ABRIL

23 – VII Gala Charity Golf Extravaganza, realizada no restaurante Bovino Steakhouse, da Quinta do Lago. Evento realizado por grupo de amigos Britânicos, com o objectivo de apoiar o Refúgio Aboim Ascensão, Grupo este liderado por Rosie Sunderland e Deirdre Kelly.

JUNHO

21 – Filmagens na Instituição para a Sky News, no âmbito da realização do Torneio “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XVI”.

21 e 22 - “*The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XVI*” - *Sportsmen & Entertainers Charity Tournament*”, in aid of the Refúgio Aboim Ascensão, in celebration of Bobby’s European Years. Torneio de Golfe e Jantar de Gala Anuais de Apoio ao Refúgio Aboim Ascensão. Evento de Solidariedade iniciado em 2004 pelo falecido treinador de futebol Inglês, Sir Bobby Robson, tendo sido continuado, pela sua esposa Lady Elsie Robson e família. Realiza-se todos os anos, com apoio do grupo Pestana, no Hotel Pestana da Vila Sol e no seu Club de Golf. Habitualmente participam celebridades do mundo do futebol, do desporto e do entretenimento.

OUTUBRO

12 - Jantar de Gala de Solidariedade do Postal. Iniciativa que visa enaltecer a região e as suas gentes e conta com o apoio de várias entidades públicas e privadas do Algarve. O objectivo é homenagear 30 Personalidades inspiradoras, em dez áreas diferentes, que vão ser galardoadas pelo seu mérito e excelência e que marcaram, sobretudo nos últimos 12 meses, a região algarvia. Cerimónia que se realizou no Casino de Vilamoura, com cocktail seguido de jantar e do novo espectáculo dos casinos do Algarve “Best Moments”. Dr. Villas- Boas foi um dos nomeados na categoria Educação e Família, como Psicólogo Clínico e Director do Refúgio Aboim Ascensão, juntamente com o Dr. Jorge Leitão (Advogado e Presidente da Associação Algarvia de Pais e Amigos de Crianças Diminuídas Mentais) e a Dr.^a Rute Rocha (Docente de Biologia na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve).

DEZEMBRO

01 - Cerimónia de Abertura das 3.500 Lâmpadas. Este ano Presidiu à Cerimónia, Dr. Jorge Botelho, Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local. Esteve, também, presente O Dr. José Apolinário, Secretário de Estado das Pescas. O acender das Luzes contou, como habitualmente, com a colaboração de várias entidades nomeadamente, Dr.^a Ana Fazenda, Coordenadora regional da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens; Dr. Edmundo Martinho, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Dr.^a Margarida Flores, Directora do Centro Distrital da Segurança Social de Faro; Dr.^a Nídia Cavaco, Presidente da CPCJ de Faro, Dr.

Rogério Bacalhau, Presidente da Câmara Municipal de Faro; Dr. Custódio Moreno, Director do IPDJ; Dr.^a Adriana Nogueira, Delegada Regional da Cultura; Dr. João Fernandes, Presidente da RTA; Dr. Alexandre Lima, Delegado Regional da Educação; Dr.^a Ana Passos, Deputada do PS na AR; Dr. António Eusébio, um dos Administradores da empresa de Águas do Algarve entre outras entidades Regionais e Nacionais. Estiveram, também, presentes Mecenass e membros da Comunidade. As Lâmpadas de Natal estiveram ligadas até ao dia dos Reis, uma tradição que se cumpre todos os anos durante esta época.

Mecenato e voluntariado

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Sir Bobby Robson Golf Classic
- Reach For Refúgio
- Ryanair Limited
- BP Portugal
- Grupo “ Os Mosqueteiros”
- Grupo Pestana
- Brian and Rosie Sunderland
- Jimmy Tarbuck
- Laboratórios Sarbec
- Maria do Carmo Alberto Sousa Trabucho

Um agradecimento especial a todos os voluntários no RAA que com a sua dedicação contribuem para o bem-estar das crianças.

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro, permitem que as crianças, com

idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA e com o apoio de voluntários na Colónia Balnear.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

Horta do Canto

▪ **Arrendamento**

Continua arrendada a parcela urbana deste imóvel, artigo matricial U-4633.

Foi arrendado, pelo prazo de trinta anos e para Fins Não Habitacionais, o imóvel descrito na Conservatória do Registo Predial de Faro sob o n.º 4778, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 32.º, secção H, da união das freguesias da Sé e S. Pedro.

▪ **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

Imóvel Rua Ascensão Guimarães 1, Faro

Iniciaram-se as obras de restauro/ recuperação do imóvel, o qual é destinado à realização das várias actividades a desenvolver pelo Refúgio Aboim Ascensão.

Legados à ABRAA

A Senhora D. Maria Carmo Alberto Sousa Trabucho deixou em testamento valores depositados numa seguradora.

O Senhor Peter Marriot deixou em testamento um imóvel na Quinta do Lago.

A ABRAA foi registada como Beneficiário Efetivo no Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Assembleias Gerais

Em 2019 realizaram-se duas Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 28 de Março de 2019, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2018.
- Assembleia Ordinária realizada a 14 de Novembro de 2019, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2020; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2020; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2020.
- Assembleia Extraordinária realizada a 14 de Novembro de 2019, cuja ordem de trabalhos foi: Ratificação da decisão da Direcção de aceitação do legado deixado por óbito da Sra. Maria do Carmo Trabucho; Ratificação da decisão da Direcção de aceitação do legado deixado por óbito do Sr. Peter Marriott; Discutir, apreciar e deliberar sobre a alienação da fração autónoma designada pela letra “F” do prédio urbano, constituído em regime de propriedade horizontal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o n.º 2988, freguesia de Almancil e inscrito na matriz sob o artigo 4678.º, adquirido pela Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão na sequência da aceitação do legado mencionado no Ponto n.º 2; Conferir poderes aos membros da Direcção da Associação, para em nome e representação desta, negociarem as condições de venda do imóvel melhor identificado no ponto anterior, nos termos que entenderem e respeitados os condicionantes aprovados na Assembleia Geral, bem como intervirem, ou fazerem-se representar, na respetiva escritura de compra e venda ou contrato definitivo de compra e venda, e num eventual contrato-promessa de compra e venda, e ainda conferir poderes para representarem a Associação perante Conservatórias de Registo Predial designadamente para prestarem declarações complementares e perante serviços de Finanças e Cartórios Notariais, praticando todos os atos necessários para aquele fim.

Massa associativa

Em 2019 faleceram dois associados.

Contas da Direcção

A significância dos Resultados Líquidos prende-se com o esforço que o Refúgio vem desenvolvendo, no sentido de mobilizar os seus Mecenas para a constituição de um fundo que permita levar à prática a construção futura, em terreno contíguo à Instituição, de um novo edifício anexo ao actual equipamento. Este edifício, entre outras finalidades inerentes ao acolhimento de

Emergência Infantil, irá propiciar um novo habitáculo para as crianças das faixas etárias 2-4 e 4-6 anos, de molde a conceder a cada uma delas, uma maior cubiculização e um menor confinamento.

A faixa etária de 0-2 anos continuará nas instalações actuais, perfeita e actualizadamente adequadas a este tipo de Unidade Pediátrica.

A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, se saldou com um resultado positivo de €18.433. Propomos que o resultado deste exercício seja transferido para Resultados transitados.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 2020

A Direcção

Prof. Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá



Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos



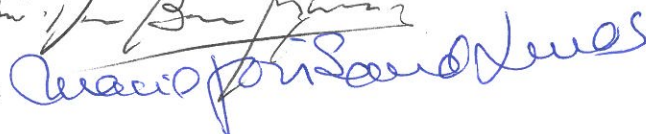
Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos



Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques



D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos





Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2018.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
5. Ativos Fixos Tangíveis	17
6. Propriedades de investimento	18
7. Ativos Intangíveis.....	18
8. Inventários	19
9. Rédito	19
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
11. Instrumentos financeiros.....	20
11.1. Investimentos financeiros.....	20
11.2. Estado e Outros Entes Públicos.....	20
11.3. Créditos a receber.....	21
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	21
11.5. Fornecedores	21
11.6. Outros passivos correntes.....	21
12. Benefícios dos empregados.....	22
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
14. Outras Informações	23
14.1. Diferimentos	23
14.2. Fundos Patrimoniais.....	23
14.3. Fornecimentos e serviços externos.....	24
14.4. Outros rendimentos	25
14.5. Outros gastos	25
14.6. Acontecimentos após data de Balanço.....	26

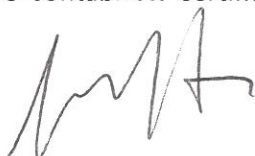
Balço em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Balço em 31 de Dezembro de 2019


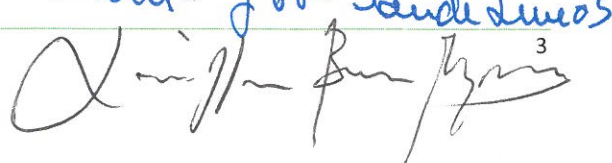
Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2019	31-12-2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 536 092,58	1 622 234,28
Ativos intangíveis	7	-	-
Investimentos financeiros	11.1	5 028,96	3 131,68
	Subtotal	1 541 121,54	1 625 365,96
Ativo corrente			
Inventários	8	201 929,23	181 595,26
Créditos a receber	11.3	46 413,59	71 700,44
Estado e outros Entes Públicos	11.2	1 391,45	9 813,54
Diferimentos	14.1	46 270,05	28 300,94
Caixa e depósitos bancários	11.4	3 362 116,47	3 246 812,45
	Subtotal	3 658 120,79	3 538 222,63
Total do Ativo		5 199 242,33	5 163 588,59
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.2	122 199,75	122 199,75
Reservas	14.2	287 432,29	287 432,29
Resultados transitados	14.2	3 746 130,28	3 375 927,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	703 588,08	705 390,33
Resultado Líquido do período		18 433,22	370 202,99
		4 877 783,62	4 861 152,65
Total dos Fundos Patrimoniais			
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	40 629,56	30 346,51
Estado e outros Entes Públicos	11.2	39 434,93	39 446,56
Diferimentos	14.1	17 086,84	21 696,69
Outros passivos correntes	11.6	224 307,38	210 946,18
	Subtotal	321 458,71	302 435,94
Total do Passivo		321 458,71	302 435,94
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		5 199 242,33	5 163 588,59

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Rodrigo Sampaio
 José Sampaio
 Teófilo João Sampaio


Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro de 2019 e 2018

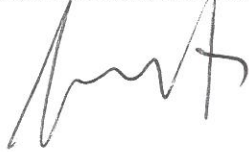
Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	155,00	110,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 823 024,16	1 712 908,21
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	8	(214 825,17)	(220 515,50)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(468 605,18)	(457 816,72)
Gastos com o pessoal	12	(1 700 602,85)	(1 618 737,17)
Outros rendimentos	14.4	787 921,43	1 123 996,24
Outros gastos	14.5	(49 272,35)	(25 744,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		177 795,04	514 200,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(159 361,82)	(143 997,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		18 433,22	370 202,99
Resultados antes de impostos		18 433,22	370 202,99
Resultado líquido do período		18 433,22	370 202,99

Montantes expressos em Euros

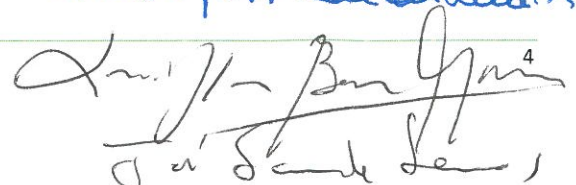
O Contabilista Certificado



A Direção



Relatório Sardeguas

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demonstração dos Fluxos De Caixa Período findo em 31 de Dezembro de 2019

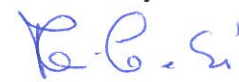

Rubricas	Notas	Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		(575.750,03)	(534.972,17)
Pagamentos ao pessoal		(1.203.039,66)	(1.165.163,20)
Caixa gerada pelas operações		(1.778.789,69)	(1.700.135,37)
Outros recebimentos/pagamentos		(551.123,74)	(497.665,13)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2.329.913,43)	(2.197.800,50)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(97.428,08)	(67.096,56)
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		25.942,61	74.309,44
Investimentos financeiros		57.938,84	50.645,48
Juros e rendimentos similares		3.101,01	5.180,75
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(10.445,62)	63.039,11
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		335.766,06	492.332,92
Outras operações de financiamento		2.119.897,01	2.012.107,52
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		2.455.663,07	2.504.440,44
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		115.304,02	369.679,05
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.246.812,45	2.877.133,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	3.362.116,47	3.246.812,45

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Pedro Sérgio
 Manuel João Sampaio

 João Sampaio

Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2019	6	122 199,75	287 432,29	3 375 927,29	705 390,33	370 202,99	4 861 152,65	4 861 152,65
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				370 202,99	(1 802,25)	(370 202,99)	(1 802,25)	(1 802,25)
	7			370 202,99	(1 802,25)	(370 202,99)	(1 802,25)	(1 802,25)
Resultado Líquido do Período	8					18 433,22	18 433,22	18 433,22
Resultado Integral	9=7+8					(351 769,77)	16 630,97	16 630,97
Operações com Instituidores no Período								
	10							
Posição no fim do ano 2019	6+7+8+10	122 199,75	287 432,29	3 746 130,28	703 588,08	18 433,22	4 877 783,62	4 877 783,62

Montantes expressos em Euros

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2018

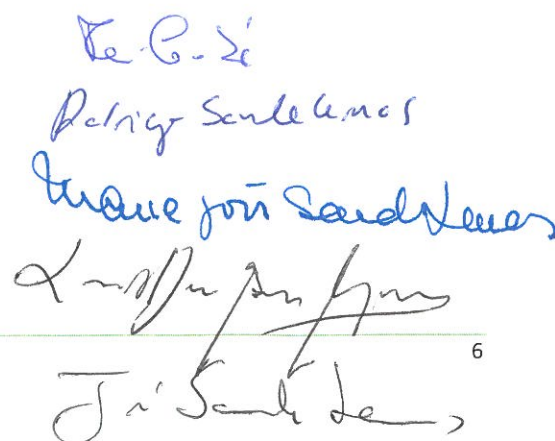
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2018	1	122 199,75	287 432,29	2 992 984,78	661 927,41	382 942,51	4 447 486,74	4 447 486,74
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				382 942,51	43 462,92	(382 942,51)	43 462,92	43 462,92
	2			382 942,51	43 462,92	(382 942,51)	43 462,92	43 462,92
Resultado Líquido do Período	3					370 202,99	370 202,99	370 202,99
Resultado Integral	4=2+3					(12 739,52)	413 665,91	413 665,91
Operações com Instituidores no Período								
	5							
Posição no fim do ano 2018	6=1+2+3+4	122 199,75	287 432,29	3 375 927,29	705 390,33	370 202,99	4 861 152,65	4 861 152,65

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Te. G. de
 Patrício Santos
 António José Santos
 António José Santos
 João Santos

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JSL" and "7".

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 11.6) e "Diferimentos" (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
JSC
LPS
REV 52
PA

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “Ativos Fixos Tangíveis”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em curso” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles

permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

Clientes, utentes e outros créditos a receber

Os “*Cientes e utentes*” e as “*Outros créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras dívidas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

JSL
Mesa
LIB
13
RA

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; “

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

JSC
LFB
RBL

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/ transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2014 a Associação adotou o sistema de duodécimo como política de depreciação ou amortização para os seus Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento, em detrimento do sistema de quotas anuais que vigorou até 2013.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2018 e 2019, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Depreciações	Alienações / Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo				
Terrenos e recursos naturais	424 189,10	-	-	424 189,10
Edifícios e outras construções	1 795 960,91			1 795 960,91
Equipamento básico	497 540,47	10 611,22	(5 151,60)	503 000,09
Equipamento de transporte	598 268,46	74 204,98	(66 968,78)	605 504,66
Equipamento administrativo	344 764,93	15 545,49	(9 562,82)	350 747,60
Outros Ativos fixos tangíveis	204 106,43	1 449,00		205 555,43
Total	3 864 830,30	101 810,69	(81 683,20)	3 884 957,79
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(858 370,50)	(32 851,56)		(891 222,06)
Equipamento básico	(438 711,64)	(23 231,70)	67,14	(461 876,20)
Equipamento de transporte	(410 913,91)	(120 790,58)	64 346,94	(467 357,55)
Equipamento administrativo	(337 932,91)	(6 516,48)	12 824,51	(331 624,88)
Outros Ativos fixos tangíveis	(196 667,06)	(3 308,94)	3 191,48	(196 784,52)
Total	(2 242 596,02)	(186 699,26)	80 430,07	(2 348 865,21)
Total Líquido	1 622 234,28	(84 888,57)	(1 253,13)	1 536 092,58

Em 2019 foram regularizados cerca de 21 mil euros em depreciações de anos anteriores por contrapartida de correções de exercícios anteriores

31 de dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Depreciações	Alienações / Cedências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo				
Terrenos e recursos naturais	413 318,65	13 230,00	(2 359,55)	424 189,10
Edifícios e outras construções	1 763 078,41	39 690,00	(6 807,50)	1 795 960,91
Equipamento básico	473 632,47	32 858,79	(8 950,79)	497 540,47
Equipamento de transporte	595 867,69	18 302,17	(15 901,40)	598 268,46
Equipamento administrativo	350 790,92	4 457,20	(10 483,19)	344 764,93
Outros Ativos fixos tangíveis	205 837,04	5 359,11	(7 089,72)	204 106,43
Total	3 802 525,18	113 897,27	(51 592,15)	3 864 830,30
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	(826 394,14)	(32 169,31)	192,95	(858 370,50)
Equipamento básico	(428 043,53)	(13 313,84)	2 645,73	(438 711,64)
Equipamento de transporte	(337 673,44)	(89 141,87)	15 901,40	(410 913,91)
Equipamento administrativo	(342 562,86)	(5 853,24)	10 483,19	(337 932,91)
Outros Ativos fixos tangíveis	(200 237,66)	(3 519,12)	7 089,72	(196 667,06)
Total	(2 134 911,63)	(143 997,38)	36 312,99	(2 242 596,02)
Total Líquido	1 667 613,55	(30 100,11)	(15 279,16)	1 622 234,28

6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2018 e 2019:

31 de dezembro de 2019				
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Depreciações	Abates	Saldo em 31-Dez-2019
Custo				
Programas de Computador	11 747,94	-	(338,00)	11 409,94
Total	11 747,94	-	(338,00)	11 409,94
Depreciações acumuladas				
Programas de Computador	(11 747,94)		338,00	(11 409,94)
Total	(11 747,94)	-	338,00	(11 409,94)
Total Líquido	-	-	-	-

31 de dezembro de 2018			
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Depreciações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo			
Programas de Computador	11 747,94		11 747,94
Total	11 747,94	-	11 747,94
Depreciações acumuladas			
Programas de Computador	(10 514,20)	(1 233,74)	(11 747,94)
Total	(10 514,20)	(1 233,74)	(11 747,94)
Total Líquido	1 233,74	(1 233,74)	-

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

31 de dezembro de 2019

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	181 595,26	184 955,76	50 203,38	(214 825,17)	201 929,23
Total	181 595,26	184 955,76	50 203,38	(214 825,17)	201 929,23

31 de dezembro de 2018

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	150 036,56	154 293,24	97 780,96	(220 515,50)	181 595,26
Total	150 036,56	154 293,24	97 780,96	(220 515,50)	181 595,26

9. Rédito

Durante os exercícios de 2019 e 2018 os réditos obtidos provêm na sua totalidade de quotizações dos associados. As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores	155,00	110,00
Total	155,00	110,00

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

rest
JSL
4B 19

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo:		
Centro regional da Segurança Social	1.475.890,16	1.365.524,21
Autarquias	-	250,00
Ministérios	347.134,00	347.134,00
Total	1.823.024,16	1.712.908,21

11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2019 e 2018, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

11.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2019	2018
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	4 773,60	2 876,32
Total	5 028,96	3 131,68

11.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 391,45	9 813,54
Total	1 391,45	9 813,54
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	10 476,25	11 027,83
Segurança Social	28 699,60	28 346,38
FCT e FGCT	259,08	72,35
Total	39 434,93	39 446,56

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2020.

11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal	9 919,23	12 065,68
Adiantamentos a Fornecedores gerais	85,07	76,07
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas	23 515,33	17 790,15
Outros Devedores	12 893,96	41 768,54
Total	46 413,59	71 700,44

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	7.504,90	7.284,09
Depósitos à ordem	430.611,57	617.528,36
Depósitos a prazo	2.924.000,00	2.622.000,00
Total	3.362.116,47	3.246.812,45

11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação com maturidade inferior a 30 dias.

Descrição	2019	2018
	Passivo	Passivo
Fornecedores c/c	40 629,56	30 346,51
Total	40 629,56	30 346,51

11.6. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores de Investimentos	-	438,50
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	65,00	196 074,60
Outros acréscimos de gastos	220 146,92	11 603,08
Outros credores	4 095,46	2 830,00
Total	224 307,38	210 946,18

12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2018 e 2019 foi de "87" e "91", respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8, sendo remunerado o presidente do conselho fiscal sob a forma de prestação de serviços.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	1 361 856,91	1 306 504,64
Indemnizações	169,84	-
Encargos sobre as Remunerações	283 508,95	265 222,96
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	15 422,20	13 284,30
Outros Gastos com o Pessoal	39 644,95	33 725,27
Total	1 700 602,85	1 618 737,17

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação.

14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Gastos diversos a reconhecer	46.270,05	28.300,94
Total	46.270,05	28.300,94
Descrição	2019	2018
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	2.768,82	7.411,16
Outros rendimentos a reconhecer	14.318,02	14.285,53
Total	17.086,84	21.696,69

Os “Gastos diversos a reconhecer” são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido será reconhecido como um donativo em espécie.

14.2. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

31 de dezembro de 2019

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 375 927,29			370 202,99	3 746 130,28
O. variações fundos patrimor	705 390,33	-	(1 802,25)	-	703 588,08
Resultado do Exercício	370 202,99	18 433,22	-	(370 202,99)	18 433,22
Total	4 861 152,65	18 433,22	(1 802,25)	-	4 877 783,62

31 de dezembro de 2018

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	2 992 984,78			382 942,51	3 375 927,29
O. variações fundos patrimor	661 927,41	52 920,00	(9 457,08)	-	705 390,33
Resultado do Exercício	382 942,51	370 202,99	-	(382 942,51)	370 202,99
Total	4 447 486,74	423 122,99	(9 457,08)	-	4 861 152,65

Anualmente, da rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”, são transferidos para “Outros rendimentos e ganhos” os valores relativos à depreciação dos ativos doados.

14.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Trabalhos especializados	22 911,25	33 531,30
Publicidade e propaganda	2 196,77	1 152,51
Honorários	92 284,63	95 371,49
Conservação e reparação	92 682,08	76 604,16
Serviços bancários	1 677,58	1 094,38
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	31 392,66	17 526,66
Livros e documentação técnica	50,00	-
Material de escritório	9 721,46	10 910,99
Artigos para oferta	1 505,31	199,41
Outros serviços	7 193,83	4 318,37
Eletricidade	51 798,03	52 899,43
Combustíveis	32 392,25	33 093,55
Água	11 854,05	11 176,52
Gás	7 625,56	7 496,35
Deslocações, estadas e transportes	15 418,17	15 469,71
Comunicação	24 841,18	27 604,46
Contencioso e notariado	963,20	1 116,28
Seguros	5 791,84	5 845,23
Despesas de Representação	5 709,60	6 313,02
Limpeza, higiene e conforto	4 348,24	3 267,35
Encargos de saúde com utentes (Prod.	19 383,88	26 291,68
Outros	26 863,61	26 533,87
Total	468 605,18	457 816,72

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	50 426,04	49 097,71
Consignação de IRS	242 589,13	243 544,25
Outros rendimentos suplementares	-	13,35
Ganhos em inventários	-	1 018,21
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	23 976,19	40 420,65
Rendas de imóveis	67 164,21	45 909,16
Outros rendimentos e ganhos	-	43 809,44
Correções relativas a períodos anteriores	423,52	11 087,18
Imputação de subsídios para investimentos	-	6 470,80
Depreciação de Activos Fixos Doados	1 802,25	562,33
Benefícios de penalidades contratuais	1 123,74	1 044,00
Donativos em espécie	88 216,22	135 975,36
Donativos monetários	296 138,38	529 353,93
Processos de tribunal	12 766,76	9 670,00
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	2 371,71	5 349,83
Outros	923,28	670,04
Total	787 921,43	1 123 996,24

14.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	2 312,46	1 654,68
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:		
Abates	22,36	-
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	33 187,29	7 984,32
Donativos	85,00	108,00
Quotizações	1 265,72	1 298,19
Apoio pecuniário a carenciados	3 101,00	3 101,00
Apoio em espécie	256,10	6 998,24
Outros não especificados	9 036,25	4 598,95
Juros de mora e compensatórios	6,17	1,31
Total	49 272,35	25 744,69

14.6. Acontecimentos após data de Balanço

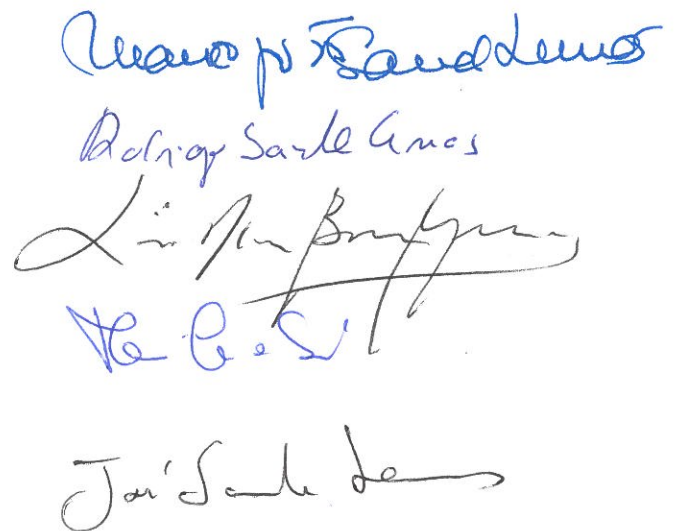
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 13 de fevereiro de 2020.

O Contabilista Certificado



A Direção



Handwritten signatures in blue ink, including names such as Adriano Santos Amos, Lina, and Jari Santos de.